

PORTARIA Nº 1466/2006 - DRH

O DIRETOR PRESIDENTE da SUDERHSA - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 3º da Lei Estadual nº 11.352 de 13/02/1996, artigo 33, §3º da Lei Estadual nº 12.726 de 26/11/99, combinado com o artigo 2º do Decreto Estadual nº 2.317 de 17/07/2000, e tendo em vista o que determina o artigo 12 e inciso IV do artigo 13 da Lei Estadual nº 12.726 de 26/11/99 e o artigo 5º e inciso IV do artigo 6º do Decreto Estadual nº 4646 de 31/08/2001, resolve:

Art. 1º. Outorgar previamente o **aproveitamento de potencial hidrelétrico**, na modalidade de **parecer administrativo**, sob regime e condições abaixo especificadas, em favor de:

Razão social	: MULTIFASE - CENTRAIS DE ENERGIA DO BRASIL LTDA.
C.N.P.J.	: 04.888.799/0001-55
Endereço	: PCH Água Limpa
Bairro/distrito	: Mariluz
Município	: Mariluz
Atividade	: Geração de energia elétrica
Bacia hidrográfica	: Piquiri
Curso d'água	: Rio Goio Erê
Vazão assegurada	: 21,40 m³/s
Vazão máx. engolimento	: 80,60 m³/s
Vazão do vertedouro	: 2042,00 m³/s
Vazão mín. de juzante	: 7,48 m³/s
Coordenadas UTM	: 7329056 N 264569 E Fuso (22)

Art. 2º. Este ato de outorga prévia, objeto desta Portaria, não estabelece direitos de uso de recursos hídricos, correspondendo somente à manifestação prévia deste órgão quanto ao objeto requerido, possibilitando ao Outorgado prosseguir no planejamento e projeto de empreendimento, no atendimento às etapas de licenciamentos previstas nas legislações sobre uso e ocupação do solo, meio ambiente, exploração e aproveitamento de recursos naturais e, ainda, no cumprimento das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 3º. O Outorgado deverá dar continuidade aos outros procedimentos de licenciamentos regulamentados pela Resolução SEMA nº 31 de 24/08/98 e outras normas concernentes.

Art. 4º. Este ato de outorga prévia, objeto desta Portaria, estará garantido ao Outorgado, desde que os elementos do procedimento administrativo que deram sustentação a esta manifestação não venham a ser alterados nas fases subsequentes do procedimento administrativo de requerimento de autorização de direito de uso de recursos hídricos.

Art. 5º. Este ato de outorga prévia, objeto desta Portaria, tem como finalidade precípua, declarar a reserva de disponibilidade hídrica, para efeito de aplicação do disposto no artigo 7º, da Lei Federal nº 9.984, de 17/07/2000.

Art. 6º. A outorga prévia, objeto desta Portaria, vigorará pelo prazo de **5 (cinco) anos**.

Art. 7º. Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção pelo outorgado de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de outubro de 2006

Darcy Deitos
Diretor Presidente